

Pascal Denault

*Três Pactos de Deus:  
Pacto de Obras,  
Pacto da Graça  
Pacto da Redenção*

Federalismo1689



Os Três Pactos de Deus:  
Pacto de Obras,  
Pacto da Graça &  
Pacto da Redenção

Pascal Denault

---

Traduzido dos originais em Francês

Via: [Unherautdansle.net](http://Unherautdansle.net)

Tradução por Luciano Kennedy  
Revisão e Capa por William Teixeira

1ª Edição: Maio de 2017

Salvo indicação em contrário, as citações bíblicas usadas nesta tradução são da versão Almeida Corrigida Fiel | ACF • Copyright © 1994, 1995, 2007, 2011 Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil.

---

Traduzido e publicado em Português com a permissão do autor, sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International Public License.

Você está autorizado e incentivado a reproduzir e/ou distribuir este material em qualquer formato, desde que informe o autor, as fontes originais e o tradutor, e que também não altere o seu conteúdo nem o utilize para quaisquer fins comerciais.

---

# Os Três Pactos de Deus: Pacto de Obras, Pacto da Graça e Pacto da Redenção

Por Pascal Denault

## O que é o Pacto de Obras e por que essa questão é importante?

Para compreender bem a Queda do homem, é necessário explicar o quadro teológico no qual ela aconteceu, ou seja, o Pacto das Obras. Essa aliança, mesmo não sendo denominada, é claramente subentendida no primeiro parágrafo do capítulo 6 e em vários outros lugares da Confissão de Fé [1689]:

(Parágrafo 1). Deus criou o homem justo e perfeito, e lhe deu uma lei justa, que seria para a vida se ele a tivesse guardado, ou para morte, se a desobedecesse. Porém o homem não manteve por muito tempo a sua honra.

É dessa forma que os teólogos Reformados tradicionalmente entenderam o Pacto de Obras feito com o homem no Éden. Adão foi criado com um fim, esse fim era a vida eterna. A árvore da vida no Jardim do Éden representava a recompensa prometida ao homem e a árvore do conhecimento do bem e do mal representava a condição a ser guardada (Gênesis 2:9, 17; Apocalipse 22:2). Ainda que Adão não tivesse pecado, ele não tinha a vida eterna. Esta consiste em estar confirmado na vida em comunhão com Deus (João 17:3). Adão estava em comunhão com Deus, mas ele podia cair desse estado. A vida eterna é uma vida imortal, sem possibilidades de corrupção (1 Coríntios 15:53). Adão, claramente, não tinha chegado ao estado de imortalidade e de incorruptibilidade, uma vez que se corrompeu e morreu.

Como deveria ele alcançar a vida eterna? Guardando perfeitamente a Palavra/Lei do Senhor (Lucas 10:25-28; Mateus 19:16-17). Deus lhe “deu uma lei justa, que seria para a vida se ele a tivesse guardado”. A Lei não está baseada sobre o princípio de gratuidade da graça pela fé (Romanos 4:4; Gálatas 3:12), mas sobre o princípio das obras de obediência (Romanos 10:5): “Moisés descreve a justiça que é pela lei, dizendo: O homem que fizer estas coisas viverá por elas”. A Escritura chama esse princípio de “a lei das obras” (Romanos 3:27) e ele constitui o fundamento da aliança entre Deus e Adão: o Pacto de Obras.

Nós chamamos esse período de inocência, que deveria levar à vida eterna, de “período de provação”. A ideia é que o homem não deveria viver *ad vitam aeternam* com a possibilidade de decair de sua perfeição original. Pela obediência, ele deveria selar o mundo na justiça e ser ele mesmo confirmado na vida eterna. Como podemos afirmar todas essas coisas sobre Adão e sobre o Pacto de Obras? Comparando-o ao segundo Adão de quem ele mesmo era uma figura (Romanos 5:14; 1 Coríntios 15:45). O último Adão, Jesus Cristo, tinha uma missão que deveria realizar de “uma vez por todas” (Hebreus 9:12); seu período de provação terminou no final de sua missão (João 19:30). Adão tinha, portanto, uma missão a cumprir, ao final dela, ele teria a vida como recompensa. No entanto, “o homem não manteve por muito tempo a sua honra”.

O Pacto de Obras, embora prove a bondade e a generosidade de Deus (cf. 1689 7.1), é uma aliança inteiramente condicional. Ela traria recompensas em caso de obediência, mas, igualmente, maldições em caso de desobediência. Dessa maneira, a vida e a morte foram colocadas diante do homem (Gênesis 2:17; Deuteronômio 30:15). Aqui está o final do parágrafo 1, que diz como aconteceu a desobediência do homem:

(P. 1). Satanás valeu-se da astúcia da serpente para seduzir Eva, em seguida, esta seduziu a Adão, que, sem qualquer compulsão, deliberadamente transgrediram a lei de sua criação, e a ordem dada a eles, de não comer o fruto proibido, do que Deus foi servido permitir este pecado deles, de acordo com Seu conselho sábio e santo, havendo determinado ordená-lo para a Sua própria glória.

A Queda do homem ocorreu sob a influência de Satanás. Ele é astuto e procura todos os meios possíveis para enganar (1 Coríntios 11:3, 14). Ele tinha um interesse particular em seduzir aquele sob cujos pés o Criador havia colocado todas as obras (Salmo 8:6), pois, assim, ele usurparia o poder sobre o mundo criado por Deus (Lucas 4:6; Efésios 2:2; Hebreus 2:5-16). Para chegar ao homem, Satanás enganou a mulher (2 Timóteo 2:14) e quebrou assim a harmonia entre eles e Deus (Gênesis 3:12).

O homem não deve, contudo, ser visto como uma simples vítima da sedução de Satanás. Adão, “sem qualquer compulsão, deliberadamente transgrediu a lei de sua criação, e a ordem dada a eles, de não comer o fruto proibido”. Seguindo a Sagrada Escritura, a Confissão afirma a inteira responsabilidade moral do homem face ao pecado. Tal rebelião do homem contra Deus não é pequena, sobretudo quando consideramos quem é Deus (cf. o capítulo 2 da Confissão) e a distância entre Ele e o ser feito de pó que quis ser Deus (Gênesis 3:5).

Por que o Senhor não interveio para impedir o homem de transgredir a aliança feita entre ele e Deus? “Do que Deus foi servido permitir este pecado deles, de acordo com Seu conselho sábio e santo, havendo determinado ordená-lo para a Sua própria glória”. Os capítulos seguintes da Confissão provarão essa afirmação ao apresentar as doutrinas da salvação e da redenção.

O Pacto de Obras é altamente importante por pelo menos duas razões. Sem ele, é impossível compreender biblicamente a Queda e suas consequências para a humanidade. O Pacto de Obras fornece o quadro legal que nos permite compreender o que é o pecado e em que ele implica para toda a criação. Toda interpretação do mal que não esteja fundamentada em uma compreensão bíblica do Pacto de Obras está equivocada. Em segundo lugar, a doutrina do Pacto de Obras é absolutamente essencial para a compreensão da redenção. Essa aliança demonstra o que deve ser feito pelo homem para alcançar a vida eterna: uma perfeita obediência a Deus sem a menor transgressão. Somente depois da Queda, essa perfeita obediência não poderia evitar a punição de morte, pois o pecado, tendo entrado no mundo, deveria ser punido por Deus. Esse é o motivo pelo qual o segundo Adão se tornou “obediente até à morte, e morte de cruz” (Filipenses 2:8).

### **Como o homem poderia merecer a vida eterna diante de Deus?**

Nós chegamos a uma doutrina fundamental para a teologia Reformada: a Aliança de Deus. Não podemos compreender a história da redenção sem entrar nessa doutrina, pois ela lhe fornece o contexto teológico. Dito de outra maneira, a história da redenção revelada na Bíblia é a implementação do Pacto da Graça feita por Deus para salvar os seus eleitos. O capítulo 7 da Confissão de Fé Batista de 1689 é igualmente muito importante por constituir um ponto de ruptura com a teologia Reformada Pedobatista. É a partir desse capítulo que se revela a distinta abordagem Reformada Batista.

O capítulo *Sobre a Aliança* contém três parágrafos. Os dois primeiros são quase idênticos aos que encontramos nas confissões de fé de Westminster e de Savoy (Westminster é a confissão dos Presbiterianos e a de Savoy, dos Congregacionais). O terceiro parágrafo é completamente original da teologia Batista. Nós exporemos o ensino desse capítulo com quatro questões, a primeira é essa: Como o homem pode merecer a vida eterna diante de Deus?

O propósito da Aliança de Deus era conduzir o homem à vida eterna. No ponto anterior nós

apresentamos o Pacto de Obras, explicando que ele foi dado ao homem “para a vida se ele lhe tivesse guardado” (6.1). Adão deveria, portanto, cumprindo o Pacto de Obras, merecer a vida eterna; ou seja, selar sua comunhão com Deus numa justiça incorruptível e chegar à imortalidade (João 17:3; 1 Coríntios 15:53-54). Mas o homem poderia realmente merecer a vida eterna diante de Deus? O primeiro parágrafo do capítulo 7 responde a essa questão, explicando um pouco mais o que é o Pacto de Obras:

(P. 1). A distância entre Deus e a criatura é tão grande, que, embora as criaturas racionais lhe devam obediência como seu Criador, nunca poderiam ter alcançado a recompensa da vida, senão por alguma condescendência voluntária da parte de Deus, que Ele se agrada em expressar por meio de aliança.

A distância entre Deus e o homem, o que chamamos de a distinção Criador/criatura, é tão grande que é impossível merecer a vida. O que essa afirmação quer dizer? Simplesmente que Deus não deve nada ao homem e que o homem deve tudo a Deus. Se levarmos em conta a aliança entre Deus e o homem, qual seria a natureza da relação entre os dois? O homem deveria obediência a Deus por ser uma criatura e por Deus ser o Criador, entretanto, a obediência do homem não poderia jamais merecer nada. Isso quer dizer que o homem deve, naturalmente, obedecer a Deus, mas sua obediência não é meritória por natureza.

A Escritura ensina essa verdade sob duas considerações. Primeiramente, Deus não pode dever nada ao homem: “Quem primeiro me deu a mim, para que eu haja de retribuir-lhe? Pois o que está debaixo de todos os céus é meu” (Jó 41:11). De igual modo, o apóstolo Paulo ensina ao declarar: “Ou quem primeiro deu a ele para que lhe venha a ser restituído?” (Romanos 11:35). Em segundo lugar, a Palavra de Deus mostra que, mesmo sendo obediente ao Senhor, o homem não pode merecer nada em troca:

<sup>9</sup> Porventura, terá de agradecer ao servo porque este fez o que lhe havia ordenado?

<sup>10</sup> Assim também vós, depois de haverdes feito quanto vos foi ordenado, dizei: Somos servos inúteis, porque fizemos apenas o que devíamos fazer (Lucas 17:9-10).

Deus não pode ter necessidade alguma do homem nem pode estar em dívida para com ele. O homem, portanto, nada pode merecer diante de Deus (Jó 35:7-8). Por que dizemos então que Adão deveria merecer a vida eterna por sua obediência? É exatamente aqui que aparece o Pacto de Obras: Deus, condescendente, se propõe, apesar de imensurável



distância entre Ele e o homem, a recompensá-lo com a vida por sua obediência, estabelecendo com Sua criatura uma aliança.

Podemos ilustrar esse ensino com um exemplo do cotidiano. Se eu digo ao meu filho para lavar a louça, o simples dever de um filho para com seu pai o obriga a lhe obedecer. Contudo, sua obediência não é em si meritória, eu não lhe devo um salário em troca do seu serviço. Por outro lado, como pai, eu tenho a liberdade de firmar um “pacto de obras” entre mim e ele. Dessa maneira, eu poderia prometer ao meu filho R\$100,00 caso ele obedecesse à minha palavra. É disso que se trata o Pacto de Obras entre Deus e o homem. A proporção natural entre o Criador e a criatura obriga este a obedecer à Lei do Criador. A desobediência à Lei leva a uma punição natural, mas a obediência não merece uma recompensa natural. Em sua bondade, o Criador consente em recompensar a obediência do homem com a vida.

A fim de compreendermos a natureza e a função do Pacto de Obras, Deus deu uma segunda edição (Antiga Aliança) depois que a primeira foi transgredida. Assim, a Antiga Aliança era um pacto de obras que tinha por finalidade mostrar o que aconteceu na primeira aliança com Adão e o que aconteceria na Nova Aliança com Cristo. A Antiga Aliança foi, portanto, dada a Israel para “merecer” a vida em Canaã. Israel não podia merecer a terra prometida, ela lhe foi dada por graça (Deuteronômio 9:4-6). Todavia, O Senhor fez com que a vida em Canaã dependesse da obediência à Sua Lei, com o objetivo de revelar o princípio do Pacto de Obras:

<sup>4</sup> Fareis segundo os meus juízos e os meus estatutos guardareis, para andardes neles. Eu sou o SENHOR, vosso Deus.

<sup>5</sup> Portanto, os meus estatutos e os meus juízos guardareis; cumprindo-os, o homem viverá por eles. Eu sou o SENHOR (Levítico 18:4-5).

Essa passagem, que segundo o apóstolo Paulo revela a função da Lei sob a Antiga Aliança (Romanos 10:5), aplica o princípio do Pacto de Obras ao povo de Israel em Canaã. Ele lembrou que o Senhor é seu Deus e que, por consequência, Israel é obrigado a obedecer. Mas, por essa aliança, Deus oferece a vida àqueles que guardam sua Lei e ameaça de morte os transgressores (Deuteronômio 27:26; Gálatas 3:10). No contexto da Antiga Aliança, “a vida” se referia à vida em Canaã, simbolizando o paraíso e o repouso celeste (a vida eterna). Mas, no contexto das próprias realidades celestes, o princípio “faça isso e viverá” se refere à vida eterna (Lucas 10:28; Mateus 19:16-17; Gálatas 3:12). Esse princípio



vem do Pacto de Obras dado a Adão (Gênesis 2:9-17), clareado por Israel (Deuteronômio 30:19-20) e realizado por Cristo (Mateus 5:17).

O homem deveria merecer a vida eterna, mas não a mereceu (Gênesis 3:22-24). Na próxima questão, veremos como o homem pecador obteve, entretanto, a vida eterna.

### **O que é o Pacto da Graça?**

A finalidade do capítulo 7 [da Confissão de Fé] é apresentar o Pacto da Graça. O parágrafo 1, que serve de introdução, utiliza o Pacto das Obras a fim de nos lembrar do que devia ser feito para que nós pudéssemos receber a vida eterna pelo Pacto da Graça. Uma vez que o Pacto das Obras foi transgredido, não restava nenhuma benção que o homem pudesse receber dele, senão unicamente a morte. No entanto, o homem ainda obteve a vida eterna (Tito 1:2); o parágrafo 2 explica como:

(P. 2). Ademais, tendo o homem trazido a si mesmo a maldição da lei, por sua Queda, aprouve ao Senhor fazer um Pacto de Graça, no qual Ele oferece livremente aos pecadores a vida e a salvação por meio de Jesus Cristo, exigindo deles a fé nEle, para que eles sejam salvos; e prometendo dar a todos os que são ordenados para a vida eterna, o Seu Espírito Santo, para torná-los dispostos e capazes de crer.

O *Pacto de Graça* é simplesmente a salvação em Jesus Cristo; a vida eterna gratuita pelo Evangelho. Nós o chamamos de “Pacto da Graça” porque a salvação é dada sob a forma de uma aliança que procede exclusivamente da graça incondicional de Deus. Todos os homens estão debaixo do Pacto de Obras em Adão, mas apenas os eleitos se tornam participantes do Pacto de Graça.

A expressão “Pacto da Graça”, embora não seja encontrada na Bíblia, é útil para falar da salvação em Jesus Cristo antes de Sua encarnação. Evidentemente, certos homens foram salvos e receberam a vida eterna antes que seus pecados fossem expiados por Cristo (Gênesis 15:6; Salmo 3:1; Atos 15:11; Romanos 3:25). Considerando que a graça da salvação foi realizada por meio de uma aliança, não é apropriado falar do Pacto da Graça para designar o meio pelo qual os homens obtiveram a vida eterna depois da Queda? As Escrituras associam diretamente a Jesus Cristo a salvação dos crentes que viveram antes de sua encarnação:

<sup>15</sup> Por isso mesmo, ele é o Mediador da nova aliança, a fim de que, intervindo a morte

para remissão das transgressões que havia sob a primeira aliança, recebam a promessa da eterna herança aqueles que têm sido chamados (Hebreus 9:15).

Esse versículo não somente afirma que a redenção realizada por Cristo sob a Nova Aliança redime as transgressões cometidas antes dele, sob o Pacto das Obras (a primeira aliança), mas afirma também que os santos do Antigo Testamento recebem, como nós, os benefícios da salvação em Jesus Cristo (a herança eterna). Isso é incontestável pelo uso do participio perfeito dos que são designados como “os que têm sido chamados”. Esses (os que têm sido chamados) são os herdeiros da vida eterna, eles foram chamados por Deus depois que a primeira aliança foi violada, eles continuam sendo chamados e continuarão sendo até que seu número seja completo. Todos aqueles que têm sido chamados por Deus, e que têm respondido pela fé, estão no Pacto da Graça e recebem a eterna herança que foi prometida.

Agora que já apresentamos brevemente em que consiste o Pacto da Graça, é de suma importância distingui-la do Pacto de Obras. A diferença entre essas duas alianças está na base da distinção entre a Lei e o Evangelho. O Pacto de Obras, mesmo que seja proveniente da condescendência/grança divina, é de natureza condicional. A natureza dessas duas alianças é também distinta como o são as obras e a graça (Romanos 11:6). A questão não é saber se os crentes são obrigados a cumprir a Lei, eles são (João 15:9-10), mas saber se o Pacto da Graça é condicional ou incondicional. Segundo as Escrituras, essa aliança é inteiramente incondicional: “Essa é a razão por que provém da fé, para que seja segundo a graça” (Romanos 4:16). A fé não é a condição, mas o meio para entrar na aliança, ela não vem do homem, mas da graça de Deus em Cristo (Efésios 2:8) e a vida eterna é inteiramente gratuita (Romanos 6:23). Toda ideia de condição ou de mérito compromete o Evangelho da graça (Gálatas 5:4).

Embora pareça simples diferenciar o Pacto de Obras em Adão e o Pacto da Graça em Cristo, os princípios de um e de outro são constantemente confundidos. Uma das razões dessa confusão vem da maneira de explicar algumas vezes a analogia entre o Pacto da Graça e os Pactos do Antigo Testamento (abraâmica, mosáica e davídica). Os Reformados precedentes aos Batistas haviam identificado até então todas esses Pactos como sendo da administração do Pacto da Graça. Nós vimos que a Antiga Aliança era de natureza condicional (Gênesis 18:19; Êxodo 19:5; Deuteronômio 7:12, 27:26); se a apresentarmos como uma administração do Pacto da Graça, podemos cair numa graça condicional. Foi assim que a Igreja, no curso de sua história, repetidas vezes confundiu a graça imerecida

e as obras meritórias na salvação. Os Batistas excluem de sua Confissão de Fé a ideia de que o Pacto da Graça foi administrado pelos pactos do Antigo Testamento. Assim, eles evitam toda a confusão entre a Lei e o Evangelho.

Além disso, entendendo a Antiga Aliança como uma administração do Pacto da Graça, os teólogos Reformados justificam com facilidade o batismo de bebês. Ensinando que a Antiga Aliança é o Pacto da Graça, eles podiam declarar que os filhos do povo de Deus estão juntamente com seus pais no Pacto da Graça pelo nascimento natural (Gênesis 17:7). Como, sob o Antigo Testamento, as crianças deviam receber o sinal da aliança ao nascerem (Gênesis 17:10), elas devem recebê-lo da mesma forma debaixo da “nova administração do Pacto da Graça”. O novo sinal a partir de então é o batismo. Essa é a razão pela qual os Reformados Pedobatistas batizam os filhos dos crentes.

Do contrário, se o pacto feito com Abraão não era o Pacto da Graça, mas uma outra aliança, como pensam os Batistas, então não é o nascimento natural, mas o novo nascimento que permite entrar no Pacto da Graça (João 1:12-13). É por isso que o sinal da aliança (o Batismo) deve ser reservado exclusivamente àqueles que professam a fé. A próxima questão explicará mais a compreensão Batista do Pacto da Graça mostrando como ele foi revelada na história da redenção.

### **Como o Pacto da Graça foi revelada na história da redenção?**

Começamos por apresentar o Pacto de Obras. Depois mostramos o Pacto da Graça e o diferenciamos do Pacto de Obras. Agora veremos como os Batistas tinham uma compreensão particular e distinta do Pacto da Graça. O que está ausente de sua confissão de fé é muito significativo, pois a Confissão de Fé de 1689 rejeitou a concepção de um Pacto da Graça administrado pela Antiga Aliança assim como creem outros Reformados. Aqui está como os Batistas ensinavam a revelação do Pacto da Graça na história da redenção:

(P. 3). Esta Aliança [o Pacto da Graça] é revelada no Evangelho; primeiramente a Adão na promessa de salvação pela semente da mulher, e depois por etapas sucessivas, até que a sua plena revelação foi completada no Novo Testamento.

Em vez de falar de *administração* do Pacto da Graça, a confissão fala de sua *revelação*. Essa distinção pode parecer trivial, mas, à luz dos tratados da época sobre os pactos, é

difícil exagerar sua importância. A palavra *administração* se refere a uma abordagem completamente diferente para apresentar o Pacto da Graça, uma abordagem que a Confissão [Batista] conscientemente rejeitou e que constitui o ponto de ruptura com a teologia Reformada Pedobatista. Esses diferenciavam a aliança de sua administração. Assim, estar na administração visível da aliança (fazer parte do povo visível de Deus), não significava de fato estar no Pacto da Graça (ser salvo). Essa diferenciação justificava a ideia de que o povo de Deus é formado tanto de pessoas regeneradas como de não-regeneradas e que se pode entrar tanto pelo novo nascimento quanto pelo nascimento natural. Essa concepção se baseia na ideia de que a Antiga Aliança administrava o Pacto da Graça e continha um só povo de Deus formado de filhos físicos e espirituais de Abraão (Romanos 9:6-8).

Tal compreensão do Pacto da Graça não está na Confissão de 1689: Ao contrário, ela fala da *revelação progressiva* do Pacto da Graça. Essa revelação foi feita primeiramente na forma de uma promessa antes de ser apresentada na forma de um pacto (Tito 1:2). Assim que a promessa foi cumprida, o Pacto da Graça foi plenamente revelado e tomou a forma de uma aliança: a Nova Aliança. Os Batistas entendiam, portanto, o Pacto da Graça da seguinte maneira: anunciado no AT / realizado no NT; parcialmente revelado no tempo da Lei / plenamente revelado no tempo do Evangelho; uma promessa futura / uma aliança consumada pelo sangue.

Ser um descendente de Abraão não dava nenhum *status* no Pacto da Graça (Lucas 3:8), mas unicamente na “aliança da circuncisão” (Atos 7:8). A aliança da circuncisão é a Antiga Aliança, uma aliança de obras e não de graça (Gálatas 5:3; Romanos 2:25). Por que essa aliança foi dada a Abraão e seus descendentes se ela não era o Pacto da Graça? Ela foi entregue para conduzir a Cristo, colocando o pecado em evidência pela Lei e guardando a posteridade de Abraão até o Filho prometido (Gálatas 3:19, 22-25). Além disso, a circuncisão mostrava simbolicamente o que os descendentes de Abraão deviam fazer (cumprir toda justiça) a fim de obter o que estava prometido (a bênção para todas as nações) (Gênesis 18:18-19). O povo de Israel simbolizava o Filho de Israel que viria em quem todas as nações da terra seriam benditas (Mateus 2:15).

Onde estava o Pacto da Graça durante esse tempo? Ele era uma promessa revelada através das alianças, mas diferente delas. O apóstolo Paulo fala das “alianças da promessa” (Efésios 2:12). Os pactos do Antigo Testamento estavam a serviço da *promessa*, mas não eram a promessa. A promessa era o Evangelho antes de seu cumprimento. Ela

foi revelada primeiramente a Adão, na promessa de salvação pela semente da mulher (Gênesis 3:15). Deus não firmou uma aliança com Adão, mas lhe revelou uma promessa. Da mesma maneira, a promessa que Deus fez com Abraão era diferente da aliança da circuncisão que ele estabeleceu com o patriarca (Gálatas 3:18). No entanto, até que a semente viesse, a promessa estava sob a tutela da Antiga Aliança (Gálatas 3:23) e é através dela que Deus revela o Pacto da Graça progressivamente, como afirma a Confissão de Fé.

Durante todo o período do Antigo Testamento, o Pacto da Graça foi revelada através das sombras e dos tipos que anunciavam a vinda de Cristo (Colossenses 2:17; Hebreus 8:5, 10:1). Aqueles que tiveram fé como Abraão, ou seja, uma fé para a salvação pelo Espírito Santo, viram as realidades celestes além das sombras terrestres (Hebreus 11:13-16; João 8:56), enquanto outros se agarraram à glória passageira da Antiga Aliança (2 Coríntios 3:7), permanecendo endurecidos e incrédulos, morreram em seus pecados (Romanos 11:7-10; João 6:58).

Os patriarcas, Moisés, Davi, os profetas e muitos outros crentes no meio do povo foram salvos tendo a fé em Cristo pelas promessas de YHWH [Yahwéh]. Essas promessas eram o Evangelho, o Pacto da Graça revelado progressivamente desde a Queda do homem (Lucas 24:27; 1 Pedro 11:10-11). A Antiga Aliança não era propriamente o Pacto da Graça. Mas através da Antiga Aliança, Deus revelou o Pacto da Graça e por ela deu a vida a todos os Seus eleitos os quais Ele regenerou por Seu Espírito e justificou pela fé. Portanto, desde o começo somente os crentes fazem parte do Pacto da Graça e ninguém nele entra sem a fé. O nascimento natural nunca foi um meio para entrar no reino de Deus (Pacto da Graça), nem no período da Antiga, nem no tempo da Nova Aliança (João 3:3-6).

A chegada ao Novo Testamento marca a revelação completa do Pacto da Graça. Para sustentar essa afirmação, a confissão se baseia em Hebreus 1:1-2:

<sup>1</sup> Havendo Deus antigamente falado muitas vezes, e de muitas maneiras, aos pais, pelos profetas,

<sup>2</sup> nestes últimos dias a nós nos falou pelo Filho, a quem constituiu herdeiro de todas as coisas, e por quem fez também o mundo.

A revelação anterior à encarnação do Filho era incompleta; sua vinda levou o Pacto da Graça à sua completude e deu a palavra final na revelação de Deus. Essa revelação

completa se faz pelo cumprimento da promessa. Agora os crentes têm mais que uma promessa divina (Hebreus 6:17), eles têm uma aliança selada no sangue de Cristo (Hebreus 8:6). A implicação é a seguinte: o Pacto da Graça é na verdade a Nova Aliança. Todos os que foram salvos no transcorrer da história, o foram pela Nova Aliança (Hebreus 9:15). São unicamente as bênçãos dessa Aliança que dão a vida eterna, pois ela foi estabelecida sobre melhores promessas, e promessas diferentes daquelas oferecidas pela Antiga Aliança. Outrora, a Nova Aliança não era visível, ela não era ainda uma aliança, mas era uma promessa. Agora ela é visível, seu Rei e Mediador apareceu (2 Timóteo 1:10; Hebreus 9:26), seu povo está reunido em um só corpo (João 11:52) e suas ordenanças estão eficazmente dispostas em sua Igreja (Efésios 4:16).

Na próxima questão, vamos examinar o que Cristo deveria realizar para que o Pacto da Graça fosse eficaz. Nós veremos o Pacto Eterno da Redenção entre o Pai e o Filho para a redenção dos eleitos.

### **O que é o Pacto Eterno da Redenção?**

Até agora, nós examinamos o que é O Pacto de Obras, explicamos o funcionamento do seu princípio de mérito, em seguida apresentamos o Pacto da Graça e demonstramos como ele foi revelado progressivamente na história da redenção. Esse estudo nos permitirá compreender um pouco melhor a relação entre o Pacto de Obras e o Pacto da Graça apresentando o Pacto Eterno da Redenção. São várias alianças... Mas, tentaremos agora compreender o panorama completo da redenção. Uma questão nos ajudará a ver todo o cenário: O que é o Eterno Pacto da Redenção? A última parte do parágrafo 3 [da Confissão de Fé] responde a essa pergunta. Leiamos o parágrafo inteiro:

(P. 3). Esta Aliança é revelada no Evangelho; primeiramente a Adão na promessa de salvação pela semente da mulher, e depois por etapas sucessivas, até que a sua plena revelação foi completada no Novo Testamento; e é fundada naquela transação da eterna Aliança que houve entre o Pai e o Filho para a redenção dos eleitos; e é somente pela graça desta Aliança que todos da caída posteridade de Adão que já foram salvos, obtiveram a vida e a bem-aventurada imortalidade, o homem é agora totalmente incapaz de ser aceito por Deus naqueles termos em que Adão permanecia em seu estado de inocência.

O Pacto da Graça é a manifestação no tempo e no espaço do plano eterno de redenção.

Esse plano de redenção é chamado de *aliança-transação que houve entre o Pai e o Filho para a redenção dos eleitos*. Desde a eternidade, existe um pacto entre o Pai e o Filho para realizar o Pacto da Graça a fim de conceder a vida eterna aos eleitos (2 Timóteo 1:9-10). Esse Pacto Eterno de Redenção é revelado na Bíblia pela doutrina da eleição (Efésios 1:3-5). Ele é igualmente revelado pela missão que Cristo recebeu de Seu Pai cuja origem é desde a eternidade (João 6:38-39; 1 Pedro 1:20). Apresentando o Cristo como “Cordeiro que foi morto desde a fundação do mundo” (Apocalipse 13:8), o apóstolo João nos permite compreender que a redenção dos crentes pela morte de Jesus já era eternamente intencionada por Deus. É o que nós chamamos de *Pacto Eterno da Redenção*.

Quais eram então os termos desse pacto entre o Pai e o Filho? O Filho deveria tomar uma natureza humana e vir ao mundo como um verdadeiro homem nascido debaixo da Lei (Filipenses 2:7; Gálatas 4:4). Ele deveria levar uma vida sem pecado observando a vontade de Deus expressa na Lei moral e igualmente em tudo mais o que o Pai exigisse dele (Mateus 5:17, 26:42; João 8:29). Ele devia se tornar o representante sacrificial de todos os crentes e sofrer a maldição da Lei (a morte) no lugar deles morrendo na cruz (Gálatas 3:13; Filipenses 2:8; Hebreus 2:14-17). Em troca, o Pai deveria lhe dar a vida ressuscitando-O dentre os mortos, elevá-LO à Sua direita e submeter a Ele todas as coisas e lhe dar um povo a Seu serviço, herdeiro com Ele da vida eterna (Atos 2:24; Filipenses 2:9-11; Tito 2:14). Esse é o Pacto de Redenção entre o Pai e o Filho.

O Filho não poderia ter cumprido essa missão logo que o primeiro Adão transgrediu o Pacto de Obras e levou todos os homens para debaixo da condenação da Lei? Nada é impossível para Deus, mas não foi assim que Ele quis pôr em prática seu plano de redenção. A Escritura declara que esse plano chegou apenas “na dispensação da plenitude dos tempos” (Efésios 1:10; Gálatas 4:4). Nós devemos entender que todo período anterior à encarnação não somente serviu para introduzir o contexto histórico que permite ao Filho realizar a redenção, mas também para montar o pano de fundo que nos permite compreender a redenção. Como poderíamos entender O Pacto de Obras que o Filho devia cumprir sem a Antiga Aliança para desvelar o seu significado? Como conceber a morte expiatória de Cristo sem o sistema sacrificial do Antigo Testamento? Como contemplar nossa redenção eterna sem sua prefiguração na história da redenção? Tudo isso, “tem sido sombra das coisas que haviam de vir; porém o corpo é de Cristo” (Colossenses 2:17). O Antigo Testamento revela Jesus Cristo e sua obra (João 5:39) de maneira que nos permite contemplar a grandeza e a profundidade do amor de Deus revelado em Cristo uma vez o Pacto consumado (Efésios 3:1-21).



Como compreendemos Adão à luz daquele “que havia de vir” (Romanos 5:14), nós compreendemos todas as Escrituras do Antigo Testamento à luz de sua realização em Cristo (Lucas 24:27). É então nesse sentido que “Cristo é o fim da lei” (Romanos 10:4). Para aqueles que creem: ele é o *telos* (o fim) para o qual a lei aponta. O Pacto da Redenção consumado por Jesus nos permite entender o Antigo Testamento, que em troca nos possibilita contemplar a glória divina revelada na Nova Aliança de Gênesis a Apocalipse (2 Coríntios 3:14-18). A Nova Aliança é a manifestação concreta das realidades celestes no mundo visível. A Nova Aliança é o Pacto Eterno de Redenção e o Pacto da Graça, pois ela traz benefícios celestes e eternos (Hebreus 9:15).

A Confissão termina essa secção declarando que “é somente pela graça desta Aliança que todos da caída posteridade de Adão que já foram salvos, obtiveram a vida e a bem-aventurada imortalidade”. Dessa maneira, em todos os tempos, todos os que foram salvos foram salvos pela graça da Nova Aliança em Jesus Cristo. Mesmo antes de ela ser estabelecida como uma aliança ratificada no sangue (Hebreus 13:20), ela foi revelada com uma promessa garantida pela Palavra de Deus (Hebreus 6:17). Esse Pacto da Graça revelado e consumado na história está fundamentada no Pacto Eterno entre o Pai e o Filho para a redenção dos eleitos. Ela é o recurso exclusivo da salvação segundo declara a Escritura: “E em nenhum outro há salvação, porque também debaixo do céu nenhum outro nome há, dado entre os homens, pelo qual devamos ser salvos” (Atos 4:12).

*Sola Scriptura!*  
*Sola Gratia!*  
*Sola Fide!*  
*Solus Christus!*  
*Soli Deo Gloria!*

# OUTRAS LEITURAS QUE RECOMENDAMOS

Baixe estes e outros e-books gratuitamente no site [oEstandarteDeCristo.com](http://oEstandarteDeCristo.com).

- 10 Sermões — R. M. M'Cheyne
- Adoração — A. W. Pink
- Agonia de Cristo — J. Edwards
- Batismo, O — John Gill
- Batismo de Crentes por Imersão, Um Distintivo Neotestamentário e Batista — William R. Downing
- Bênçãos do Pacto — C. H. Spurgeon
- Biografia de A. W. Pink, Uma — Erroll Hulse
- Carta de George Whitefield a John Wesley Sobre a Doutrina da Eleição
- Cessacionismo, Provando que os Dons Carismáticos Cessaram — Peter Masters
- Como Saber se Sou um Eleito? ou A Percepção da Eleição — A. W. Pink
- Como Ser uma Mulher de Deus? — Paul Washer
- Como Toda a Doutrina da Predestinação é corrompida pelos Arminianos — J. Owen
- Confissão de Fé Batista de 1689
- Conversão — John Gill
- Cristo É Tudo Em Todos — Jeremiah Burroughs
- Cristo, Totalmente Desejável — John Flavel
- Defesa do Calvinismo, Uma — C. H. Spurgeon
- Deus Salva Quem Ele Quer! — J. Edwards
- Discipulado no Tempo dos Puritanos, O — W. Bevins
- Doutrina da Eleição, A — A. W. Pink
- Eleição & Vocação — R. M. M'Cheyne
- Eleição Particular — C. H. Spurgeon
- Especial Origem da Instituição da Igreja Evangélica, A — J. Owen
- Evangelismo Moderno — A. W. Pink
- Excelência de Cristo, A — J. Edwards
- Gloriosa Predestinação, A — C. H. Spurgeon
- Guia Para a Oração Fervorosa, Um — A. W. Pink
- Igrejas do Novo Testamento — A. W. Pink
- In Memoriam, a Canção dos Suspiros — Susannah Spurgeon
- Incomparável Excelência e Santidade de Deus, A — Jeremiah Burroughs
- Infinita Sabedoria de Deus Demonstrada na Salvação dos Pecadores, A — A. W. Pink
- Jesus! — C. H. Spurgeon
- Justificação, Propiciação e Declaração — C. H. Spurgeon
- Livre Graça, A — C. H. Spurgeon
- Marcas de Uma Verdadeira Conversão — G. Whitefield
- Mito do Livre-Arbitrio, O — Walter J. Chantry
- Natureza da Igreja Evangélica, A — John Gill
- Natureza e a Necessidade da Nova Criatura, Sobre a — John Flavel
- Necessário Vos é Nascer de Novo — Thomas Boston
- Necessidade de Decidir-se Pela Verdade, A — C. H. Spurgeon
- Objeções à Soberania de Deus Respondidas — A. W. Pink
- Oração — Thomas Watson
- Pacto da Graça, O — Mike Renihan
- Paixão de Cristo, A — Thomas Adams
- Pecadores nas Mãos de Um Deus Irado — J. Edwards
- Pecaminosidade do Homem em Seu Estado Natural — Thomas Boston
- Plenitude do Mediador, A — John Gill
- Porção do Ímpios, A — J. Edwards
- Pregação Chocante — Paul Washer
- Prerrogativa Real, A — C. H. Spurgeon
- Queda, a Depravação Total do Homem em seu Estado Natural..., A, Edição Comemorativa de N° 200
- Quem Deve Ser Batizado? — C. H. Spurgeon
- Quem São Os Eleitos? — C. H. Spurgeon
- Reformação Pessoal & na Oração Secreta — R. M. M'Cheyne
- Regeneração ou Decisionismo? — Paul Washer
- Salvação Pertence Ao Senhor, A — C. H. Spurgeon
- Sangue, O — C. H. Spurgeon
- Semper Idem — Thomas Adams
- Sermões de Páscoa — Adams, Pink, Spurgeon, Gill, Owen e Charnock
- Sermões Graciosos (15 Sermões sobre a Graça de Deus) — C. H. Spurgeon
- Soberania da Deus na Salvação dos Homens, A — J. Edwards
- Sobre a Nossa Conversão a Deus e Como Essa Doutrina é Totalmente Corrompida Pelos Arminianos — J. Owen
- Somente as Igrejas Congregacionais se Adequam aos Propósitos de Cristo na Instituição de Sua Igreja — J. Owen
- Supremacia e o Poder de Deus, A — A. W. Pink
- Teologia Pactual e Dispensacionalismo — William R. Downing
- Tratado Sobre a Oração, Um — John Bunyan
- Tratado Sobre o Amor de Deus, Um — Bernardo de Claraval
- Um Cordão de Pérolas Soltas, Uma Jornada Teológica no Batismo de Crentes — Fred Malone





## 2 Coríntios 4

<sup>1</sup> Por isso, tendo este ministério, segundo a misericórdia que nos foi feita, não desfalecemos;  
<sup>2</sup> Antes, rejeitamos as coisas que por vergonha se ocultam, não andando com astúcia nem falsificando a palavra de Deus; e assim nos recomendamos à consciência de todo o homem, na presença de Deus, pela manifestação da verdade. <sup>3</sup> Mas, se ainda o nosso evangelho está encoberto, para os que se perdem está encoberto. <sup>4</sup> Nos quais o deus deste século cegou os entendimentos dos incrédulos, para que lhes não resplandeça a luz do evangelho da glória de Cristo, que é a imagem de Deus. <sup>5</sup> Porque não nos pregamos a nós mesmos, mas a Cristo Jesus, o Senhor; e nós mesmos somos vossos servos por amor de Jesus. <sup>6</sup> Porque Deus, que disse que das trevas resplandecesse a luz, é quem resplandeceu em nossos corações, para iluminação do conhecimento da glória de Deus, na face de Jesus Cristo. <sup>7</sup> Temos, porém, este tesouro em vasos de barro, para que a excelência do poder seja de Deus, e não de nós. <sup>8</sup> Em tudo somos atribulados, mas não angustiados; perplexos, mas não desanimados. <sup>9</sup> Perseguidos, mas não desamparados; abatidos, mas não destruídos; <sup>10</sup> Trazendo sempre por toda a parte a mortificação do Senhor Jesus no nosso corpo, para que a vida de Jesus se manifeste também nos nossos corpos; <sup>11</sup> E assim nós, que vivemos, estamos sempre entregues à morte por amor de Jesus, para que a vida de Jesus se manifeste também na nossa carne mortal. <sup>12</sup> De maneira que em nós opera a morte, mas em vós a vida. <sup>13</sup> E temos portanto o mesmo espírito de fé, como está escrito: Cri, por isso falei; nós cremos também, por isso também falamos. <sup>14</sup> Sabendo que o que ressuscitou o Senhor Jesus nos ressuscitará também por Jesus, e nos apresentará convosco. <sup>15</sup> Porque tudo isto é por amor de vós, para que a graça, multiplicada por meio de muitos, faça abundar a ação de graças para glória de Deus. <sup>16</sup> Por isso não desfalecemos; mas, ainda que o nosso homem exterior se corrompa, o interior, contudo, se renova de dia em dia. <sup>17</sup> Porque a nossa leve e momentânea tribulação produz para nós um peso eterno de glória mui excelente; <sup>18</sup> Não atentando nós nas coisas que se veem, mas nas que se não veem; porque as que se veem são temporais, e as que se não veem são eternas.